Marcel van der Linden

Trabalhadores do mundo

Ensaios para uma história global do trabalho

EDITORA UNICAMP

Digitalizado com CamScanner

Sumário

Introdução 9

PARTE 1
Conceituações

1 – *Quem são os trabalhadores?* 27
2 – *Por que trabalho assalariado "livre"?* 49
3 – *Por que escravidão?* 75

PARTE 2
Variações do mutualismo

4 – *O universo mutualista* 95
5 – *Seguros mútuos* 125
6 – *Cooperativas de consumidores* 151
7 – *Cooperativas de produtores* 171

PARTE 3
Formas de resistência

8 – *Greves* 195
9 – *Protestos de consumidores* 233
10 – *Sindicatos* 245
11 – *Internacionalismo operário* 289

Digitalizado com CamScanner

PARTE 4

Contribuições de disciplinas adjacentes

12 – *A teoria do sistema-mundo* 319
13 – *Trabalho de subsistência enredado* 353
14 – *A experiência Iatmul* 373
15 – *Panorama geral* 395

Bibliografia 417

Índice remissivo 499

Digitalizado com CamScanner

Capítulo 1

Quem são os trabalhadores?

O conceito de "classe trabalhadora", originário da Europa do século XIX, vem sendo cada vez mais questionado em décadas recentes. Historiadores e sociólogos observam que a linha divisória entre trabalho assalariado "livre", trabalho autônomo e trabalho não livre, na verdade, não é nítida e que as diferenças entre o trabalho urbano e rural não devem ser tomadas de forma absoluta[1]. Peter Linebaugh e Marcus Rediker, por exemplo, mostram como um proletariado multiforme de "cortadores de lenha e carregadores de água" se desenvolveu na região do Atlântico Norte nos primeiros tempos da Idade Moderna, com diferentes campos de luta: "as terras comunais, as grandes fazendas, o navio e a fábrica". Eles argumentam de forma plausível a favor do ponto de vista de que os escravos e quilombolas de origem africana, os servos por contrato europeus, os índios nativos e os assalariados "livres" e artesãos, tomados em conjunto, constituíam uma "multidão" amorfa, complexa, mas também interligada em termos sociais e culturais, que era vista pelos poderosos como "uma grande massa" (uma "hidra de muitas cabeças"). Linebaugh e Rediker referem-se à rebelião de escravos haitianos de 1791 como "a primeira revolta de trabalhadores que alcançou êxito na Idade Moderna", e sugerem que essa revolução contribuiu para a segmentação posterior dessa "multidão" rebelde: "O que daí resultou foi nacional e parcial: a classe trabalhadora *inglesa*, os haitianos *negros* e a diáspora *irlandesa*"[2]. O estreito conceito empregado no século XIX de proletariado, que encontramos em Marx e em outros autores, segundo eles, teve origem nessa segmentação.

Digitalizado com CamScanner

Como seria um conceito mais amplo e realista de classe trabalhadora? Para encontrar uma resposta a essa pergunta, partirei de uma crítica construtiva da definição de classe trabalhadora apresentada por Marx. Uso Marx como ponto de partida por duas razões: ele ainda é uma importante fonte de inspiração para estudiosos de todo o mundo e, apesar de seus diversos pontos fracos, sua análise ainda é a melhor que possuímos.

A COMPLEXIDADE DA MERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As linhas iniciais de *O capital*, de Marx, são famosas: "A riqueza das sociedades nas quais prevalece o modo de produção capitalista aparece como uma 'imensa coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação, portanto, começa com a análise da mercadoria"[3]. Marx via o modo de produção capitalista como resultado da *mercantilização* (i) da força de trabalho, (ii) dos meios de produção e das matérias-primas, e (iii) dos produtos do trabalho. O primeiro desses elementos é de importância crucial para meu argumento. Marx partiu do pressuposto de que a força de trabalho só pode se transformar numa mercadoria, num objeto de comércio, de *uma única* maneira "verdadeiramente" capitalista, ou seja, por meio do *trabalho assalariado livre*, no qual o trabalhador, "como indivíduo livre, pode dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence", e que ele "não possui outra mercadoria que possa colocar à venda"[4]. Ele ressaltou que "a força de trabalho só pode surgir no mercado como uma mercadoria se, e na medida em que, seu possuidor, o indivíduo que a detém, colocá-la à venda ou vendê-la como mercadoria"[5].

O conceito estreito de classe trabalhadora baseia-se nessa ideia. Se apenas a força de trabalho dos assalariados *livres* é mercantilizada, fica subentendido que, no capitalismo, a "verdadeira" classe trabalhadora só pode consistir desses trabalhadores. Mas essa hipótese de Marx, até onde eu saiba, nunca foi corroborada, nem por análise teórica adequada nem por fatos concretos. Por muito tempo ela, provavelmente, pareceu óbvia, por aparentemente corresponder ao processo pelo qual o proletariado se formou na região do Atlântico Norte. No entanto, a hipótese de Marx pressupõe duas ideias altamente questionáveis, ou seja, de que

Digitalizado com CamScanner

a força de trabalho deveria ser colocada à venda pelo trabalhador que é o *portador* e *possuidor* dessa força de trabalho, e de que o trabalhador que vende sua força de trabalho *não vende nada além dela*[6]. Mas por que seria assim? Por que razão a força de trabalho não poderia ser vendida por outra pessoa *que não* seu portador? Por que a pessoa que coloca à venda força de trabalho (dele própria ou de alguém mais) não poderia vendê-la condicionalmente, em conjunto com meios de produção? E por que razão um escravo não poderia ser alugado por seu dono para executar trabalhos para terceiros? Com base apenas na distinção entre "portador" e "possuidor" de força de trabalho já podemos distinguir quatro tipos diferentes de mercantilização da mão de obra, ou seja, a mercantilização *autônoma*, na qual o portador da força de trabalho também é seu possuidor, e a mercantilização *heterônoma*, na qual o portador da força de trabalho não é seu possuidor. Em ambos os casos, a força de trabalho do portador pode ser oferecida pelo próprio portador (ou portadora) ou por outra pessoa. (Tabela 1.1).

TABELA 1.1

ALGUNS TIPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA

	Autônoma (o portador é o possuidor)	**Heterônoma (o portador não é o possuidor)**
O portador vende sua própria força de trabalho	Trabalho assalariado (Marx) Meação ou parceria Trabalho de artesãos autônomos	Trabalho assalariado executado por escravos
O portador não vende sua própria força de trabalho	Trabalho assalariado subcontratado	Trabalho escravo Trabalho assalariado infantil

Parece mais razoável admitir que, *na realidade*, a mercantilização da mão de obra toma *muitas formas diferentes*, entre as quais a forma em que o trabalhador assalariado livre vende unicamente sua força de trabalho é apenas *um* exemplo[7]. Mais adiante, examinarei essas múltiplas formas, apontando as formas transicionais existentes entre as classes subalternas citadas por Marx, e também denunciando algumas falsas premissas aí implícitas. Espero que essa "desconstrução" consiga preparar o terreno para uma conceituação que corresponda melhor aos fatos históricos.

Digitalizado com CamScanner

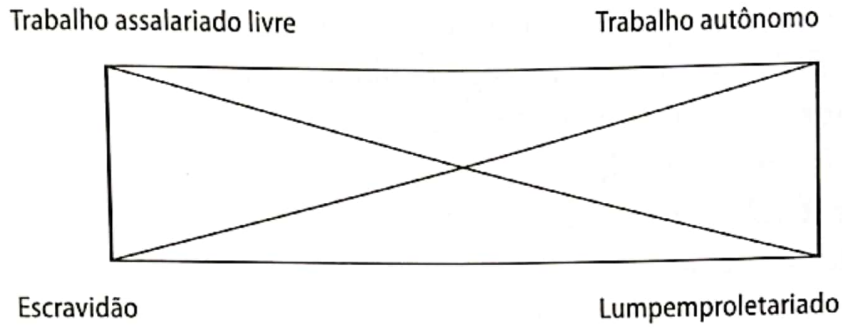
Transições graduais

Além dos capitalistas e dos proprietários de terras, a ortodoxia marxista distinguia no capitalismo cinco principais classes ou semiclasses subalternas: *os trabalhadores assalariados livres*, que possuem apenas sua própria força de trabalho e a vendem; a *pequena burguesia*, formada por pequenos produtores e distribuidores de bens que empregam um número reduzido de trabalhadores; os *trabalhadores autônomos*, que são proprietários de sua força de trabalho e de seus meios de produção e vendem os produtos ou serviços resultantes de seu trabalho ("o trabalhador autônomo é assalariado de si próprio, e seus meios de produção fazem as vezes de capital. Como seu próprio capitalista, ele emprega a si mesmo como trabalhador assalariado")[8]; os *escravos*, que não possuem nem sua força de trabalho nem suas ferramentas e são vendidos (na escravidão, "o trabalhador nada é além de uma máquina viva de trabalho, que portanto tem valor para outro, ou melhor, é um valor")[9]; e o *lumpemproletariado*, que é totalmente excluído do mercado de trabalho legalizado. Esse último grupo geralmente não é levado em conta nas análises, sendo usado principalmente como uma categoria "residual". Considera-se que a luta de classes é travada principalmente entre capitalistas, proprietários de terras e assalariados. As outras classes intermediárias são historicamente menos importantes, não desempenhando um papel político independente, elas "decaem e acabam por desaparecer frente à indústria moderna"[10]. Nessa interpretação,

- a escravidão é "uma anomalia ante o sistema burguês", que é "possível em pontos específicos do sistema burguês de produção", "mas apenas por não existir em outros pontos"[11];
- os trabalhadores autônomos representam "formas embriônicas" do trabalho assalariado capitalista[12];
- a pequena burguesia, "os pequenos comerciantes, lojistas e *rentiers*, os artesãos e os camponeses, todos eles, gradualmente, afundam no proletariado"[13];
- o lumpemproletariado é a "classe perigosa, a escória social, aquela massa que apodrece passivamente, expulsa das camadas mais inferiores da sociedade antiga"[14], que inclui "vagabundos, criminosos e prostitutas"[15].

Digitalizado com CamScanner

Esse esquema marxista postula a distância social entre os trabalhadores assalariados livres e os demais grupos subalternos. Mas será que esse esquema de fato corresponde à realidade histórica? Será que os "trabalhadores assalariados livres" de Marx realmente existem? Na verdade, o que encontramos no capitalismo é uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e as formas intermediárias entre as diferentes categorias são definidas de formas mais fluidas do que nítidas.



Por essa razão, devemos examinar mais de perto algumas dessas formas intermediárias — entre o trabalho assalariado e a escravidão; entre o trabalho assalariado e o trabalho autônomo; entre a escravidão e o trabalho autônomo e entre o trabalho assalariado, a escravidão e o trabalho autônomo, de um lado, e o lumpemproletariado, de outro.

Formas intermediárias entre trabalho assalariado e escravidão

Há várias relações de trabalho nas quais o assalariado é fisicamente forçado a fazer seu trabalho, enquanto o salário é pago ou tem que ser entregue a outra pessoa. O trabalho infantil, no qual os pais ou guardiães da criança recebem o salário, é um bom exemplo. Jovens meninas japonesas alugadas como *gueixas* em troca de uma soma de dinheiro são um exemplo desse tipo de trabalho[16].

Conhecemos inúmeros casos de escravos que desempenhavam trabalho assalariado em benefício de seus senhores. Em Buenos Aires, em fins do século XVIII, por exemplo, esse fenômeno era comum a ponto de muitos senhores de escravos dependerem totalmente dos salários de seus escravos. Registros daquela época encontrados em cartórios sugerem que "em contratos de trabalho de duração mais longa, os salários, dos quais eram deduzidas as despesas de manutenção, costumavam

Digitalizado com CamScanner

ser pagos diretamente aos proprietários dos escravos pelos empregadores de trabalho escravo contratado"[17]. Três tipos principais podem ser distinguidos:

- O senhor de escravos obriga o escravo a desempenhar trabalho assalariado para outro empregador e recolhe a totalidade ou parte do salário. Com frequência, os "senhores de escravos e os empregadores de escravos combinavam o valor do salário sem que o escravo sequer soubesse", mas "a situação em que um escravo tomava a iniciativa de procurar e negociar um emprego também ocorria"[18].
- O senhor de escravos compensa seu escravo ou escrava em dinheiro pelo esforço adicional, ou por meio de "bônus, a título de presente ou incentivo", ou como "pagamento feito pelo trabalho extra no sistema de empreitada, ou por trabalhar horas adicionais"[19].
- O escravo trabalha voluntariamente pelo salário, ou para um empregador ou para outro escravo. A fazenda Blue Mountain, na Jamaica de fins do século XVIII, é um exemplo desse último caso: "Os escravos pagavam salários uns aos outros. Trabalho dominical nas culturas de subsistência, por exemplo, podia render 1 xelim e 8 dimes mais café da manhã"[20].

Inversamente, os trabalhadores assalariados muitas vezes são menos "livres" do que a visão clássica o sugere. Em situações de escassez de mão de obra, os empregadores frequentemente restringiam a liberdade de pedir demissão de seus empregados. Há muitas maneiras de prender um empregado a seu emprego:

- A *servidão por dívida* é um método que ocorreu em todos os continentes, das minas de carvão da Escócia do século XVIII ao setor agrícola contemporâneo da América Latina e do sul da Ásia[21].
- A *servidão por contrato* é estreitamente relacionada à servidão por dívida. Os *coolies* indianos, indonésios e chineses empregados na África do Sul, na América Latina e em outras partes da Ásia são um exemplo bem conhecido dessa situação[22].
- A mobilidade dos trabalhadores pode ser limitada também por meio de *certificados de dispensa*, sem os quais o trabalhador ou trabalhadora não podia ser contratado por outro empregador. Era característico

Digitalizado com CamScanner

dessa prática que o empregador confiscasse esse certificado ao início da vigência do emprego e só o devolvesse ao trabalhador quando ele ou ela, na opinião do empregador, tivesse cumprido todas as suas obrigações[23].

- A *compulsão física* era outra opção aberta aos empregadores. Por vezes, os empregadores chegavam ao ponto de encarcerar fisicamente seus empregados assalariados, para evitar que eles fossem "tentados" pelas ofertas de empregadores rivais. Na indústria têxtil japonesa da década de 1920, trabalhadoras eram trancadas em dormitórios por essa exata razão. Às vezes, elas eram obrigadas a permanecer nas instalações da fábrica por mais de quatro meses seguidos[24].
- Os *programas de seguridade social e outros benefícios especiais* eram uma maneira menos agressiva de prender os empregados. Por volta de 1900, as empresas argentinas, por exemplo, criaram fundos de ajuda mútua e sociedades de amigos administradas pela empresa, com a finalidade de tornar os trabalhadores dependentes de seus empregadores[25]. Lotes para o plantio de hortas, oferecidos pela empresa, podiam surtir o mesmo efeito, uma vez que tornavam possível uma complementação do salário, ou porque as verduras e a avicultura caseiras reduziam as despesas com alimentação, ou porque o produto era comprado pelo empregador[26].
- Por fim, as *ligações sociais ou econômicas* entre empregador e empregado externas à relação imediata de emprego poderiam ter como efeito manter este último preso ao emprego (adiante, tratarei mais extensamente desse tópico).

Formas intermediárias entre trabalho assalariado e trabalho autônomo

Na visão clássica, o trabalhador dispõe apenas de sua própria força de trabalho, e de nenhum outro meio de produção. Mas, na verdade, havia muitas exceções a essa regra. Um exemplo é o do trabalhador que leva suas próprias ferramentas para a oficina, como era — e ainda é — de costume em muitos lugares. Já na década de 1880, o economista alemão August Sartorius von Walterhausen observou, nos Estados Unidos, que, "[diferentemente] de seus colegas europeus, os operários das fábricas americanas geralmente são donos de suas próprias ferramentas [...]. As

Digitalizado com CamScanner

ferramentas costumam constituir uma parte considerável da riqueza dos trabalhadores"[27].

Uma segunda possibilidade é a de o trabalhador *tomar emprestado* de seu empregador os meios de produção que utilizam. Nesse caso, eles pagam um depósito e são formalmente independentes. Os puxadores de riquixás de Changsha, na província chinesa de Hunan, por volta de 1918, eram um exemplo dessa prática. Seus riquixás eram de propriedade de "garagens" (*che-zhan*), tendo que ser cotidianamente alugados. O proprietário da garagem pagava o imposto sobre o veículo, e o puxador tinha que fazer um depósito de dez dólares de prata. "Cada carro tinha um número e era destinado a um puxador específico, que era sempre responsável por ele. Se o riquixá quebrava, ou era recolhido para conserto, o aluguel diário ainda teria que ser pago"[28]. A renda do puxador consistia na diferença entre o que ele ganhava e o que pagava ao dono da garagem.

Acontecia também de um empregado ter permissão para conservar para si parte do produto de seu trabalho (de sua produção). Os trabalhadores das minas de prata de Pachuca, no México, em meados do século XVIII, recebiam uma soma em dinheiro (o salário) por uma quantidade específica de minério de prata, e tudo o que fosse produzido além dessa quantidade era dividido em duas partes iguais: "de sua metade, o mineiro pagava uma determinada percentagem aos carregadores, aos madeireiros e aos outros trabalhadores da mina que o haviam ajudado"[29]. Sistemas semelhantes existiam na agricultura, em Java e em muitos outros locais[30].

Formas intermediárias entre escravidão e trabalho autônomo

A história de Simon Gray é de interesse aqui por ilustrar quão complicada a realidade capitalista pode ser. Gray era escravo no sul dos Estados Unidos e trabalhou como barqueiro-chefe da empresa madeireira Natchez de 1845 a 1862. Ele comandava uma tripulação que variava entre dez e vinte homens, formada por africanos e ribeirinhos brancos. "Alguns escravos eram de propriedade da empresa, enquanto outros, como o próprio Gray, eram alugados de seus senhores. Os tripulantes brancos, por outro lado, eram contratados por Gray, que mantinha suas anotações trabalhistas, pagava suas despesas, emprestava-lhes dinheiro e, algumas

Digitalizado com CamScanner

vezes, pagava seus salários. Esses homens, consequentemente, viam a Gray como seu patrão". Gray e sua tripulação, com frequência, se ausentavam de casa por duas ou três semanas. Durante essas viagens, Gray desempenhava uma série de tarefas gerenciais. "Além de fazer entregas, ele também fazia encomendas para a serraria, orçava preços, concedia crédito aos fregueses e recebia dinheiro devido à empresa madeireira"[31]. Temos, portanto, um escravo trabalhando como *gerente*, trabalhadores assalariados livres empregados por um escravo, e outros escravos que tinham que obedecer a um patrão que também era escravo! Nem todos os escravos eram de propriedade da Natchez Co., mas alguns deles, Gray inclusive, eram alugados de outros senhores de escravos. Essa situação, sem dúvida alguma, é pouco comum na história do trabalho, mas ela nos alerta para a variedade de permutas possíveis nas relações de trabalho. Sabe-se também de casos em que escravos trabalhavam como meeiros. De fato, na Jamaica de fins do século XVIII, ocorria às vezes uma situação em que "os escravos 'de qualidade melhor' possuíam terras de cultivo e usavam os escravos 'de qualidade pior' para trabalhar para eles em troca de uma quota da produção"[32].

Formas intermediárias entre trabalho assalariado/escravidão/ trabalho autônomo e lumpemproletariado

A transição entre trabalho assalariado, escravidão e trabalho autônomo e a "não classe" do lumpemproletariado também exibe diversas gradações. Segundo V. L. Allen, "[nas] sociedades onde a mera subsistência é a norma para grande parte da classe trabalhadora, e onde homens, mulheres e crianças são obrigados a buscar meios alternativos de subsistência além de seus meios tradicionais, o *lumpemproletariado* mal se distingue de boa parte da classe trabalhadora"[33].

- Quando levados a uma situação de miséria, os trabalhadores "respeitáveis" também se sentem forçados a roubar. A pilhagem de comida organizada por trabalhadores era um "fenômeno nacional" nos Estados Unidos, por volta de 1932[34]. Esses saques reapareceram na Itália em inícios da década de 1970[35].
- A cata de lixo ocorre com frequência em tempos difíceis, podendo mesmo se transformar num costume aceito. Louis Adamic observou

Digitalizado com CamScanner

em 1935 que, "até onde qualquer morador do campo de carvão antracito da Pensilvânia consiga se lembrar, os mineiros e suas famílias costumam sair com sacos e baldes para os monturos de resíduos de carvão que cercavam suas desoladas vilas e catar pedaços de carvão misturados às pedras e à ardósia descartadas nos processos de quebra e limpeza das grandes carvoarias. Os catadores, em geral, eram as famílias mais pobres[36].

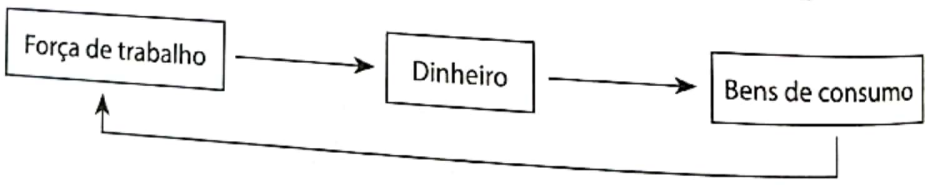
- Roubo, peculato e furtos sempre foram atividades "normais" para muitos grupos de trabalhadores. É comum que, em muitos países, os estivadores roubem parte dos carregamentos, e em fábricas e escritórios esses roubos praticados por empregados subalternos também ocorrem com frequência[37].

Premissas implícitas

A visão dominante sobre a identidade das classes sociais não apenas traça distinções nítidas entre fenômenos que, na verdade, não são entidades separadas. *Essas próprias distinções* baseiam-se em premissas importantes que devem ser examinadas de forma crítica. Algumas dessas premissas se originam da ideia de que os trabalhadores vendem sua força de trabalho ao empregador em troca de dinheiro, e então compram bens de primeira necessidade com o dinheiro do salário. Ao consumir esses bens, eles reproduzem sua força de trabalho para poder, novamente, vendê-la a seu empregador. Portanto, no nível da circulação, ocorre um processo cíclico, como mostrado no seguinte diagrama:

Figura 1.1

A circulação vista da perspectiva das famílias dos trabalhadores



Esse esquema de circulação é uma abstração, sugerindo um processo distinto e evidente. Mas as aparências enganam. Em primeiro lugar, parte-se da premissa de que o consumo dos bens comprados com o

Digitalizado com CamScanner

salário do trabalhador *não envolva trabalho*. Não são levados em consideração a compra desses bens de consumo nem o esforço despendido em torná-los próprios para o consumo (por exemplo, comprar e preparar os alimentos, ou alugar e limpar um espaço residencial). As feministas, no entanto, há décadas vêm apontando que o trabalho assalariado não poderia sequer existir sem um grande volume (muitas vezes não remunerado e involuntário) de trabalho de subsistência e de cooperação. Esporadicamente, há trabalhadores que reproduzem sua força de trabalho sem desempenhar eles mesmos o trabalho de subsistência, mas estes costumam ser os de renda elevada[38]. Na maioria dos casos, o trabalho de subsistência é executado por uma ou mais mulheres da família: a esposa (ou esposas) e, às vezes, as filhas do *pater familias*. É possível também que o próprio assalariado empregue um ou mais assalariados para executar o trabalho doméstico. Na África do Sul, muitas famílias brancas de classe trabalhadora, em inícios do século XX, por exemplo, tinham um empregado doméstico negro que, entre outras coisas, era responsável por acender o fogo, limpar os fogões, varrer, lavar os pratos, preparar o chá da manhã e da tarde, manter limpo o quintal e executar as tarefas de jardinagem de rotina, como arrancar ervas daninhas e regar"[39].

Em segundo lugar, o diagrama acima sugere que a relação entre empregador e empregado *se limite* à troca de dinheiro por força de trabalho. São ignorados todos os vínculos possíveis entre as duas partes que não o processo de circulação. Mas, é claro, esses vínculos podem existir e de fato existem. O empregador pode manter o empregado economicamente preso a seu negócio fornecendo, por exemplo, acomodações pertencentes à empresa, ou obrigando o empregado a comprar com seu salário os bens de consumo que o empregador põe à venda (o chamado "sistema de barracão")[40]. Mas a relação entre empregador e empregado não tem que ser econômica, se, por exemplo, eles são ligados por vínculos de parentesco, ou se ambos pertencem à mesma comunidade religiosa. Exemplos de alojamentos funcionais e outras formas semelhantes de vínculos materiais podem ser encontrados, sobretudo, mas não exclusivamente, nas grandes empresas como a United Fruit Company, que, na América Central, fornecia alojamento aos *campesinos* que trabalhavam nas plantações, ou a empresa siderúrgica Krupp, na Alemanha[41]. Os vínculos não econômicos são provavelmente mais comuns nas pequenas empresas.

Digitalizado com CamScanner

Em terceiro lugar, o diagrama cíclico sugere que um empregado possa ter apenas *um único* empregador, e que ele ou ela só participem de *uma única* relação de trabalho num determinado momento. Temos que admitir que essa situação é a mais comum, inclusive para artesãos e trabalhadores qualificados. Mas ela não se aplica a grande parte da população trabalhadora que depende de salários, nem no passado nem nos dias atuais. Na Ásia, na África e na América Latina, é comum encontrar pessoas com *diversos* empregos. O mesmo ocorria na Europa, nos tempos anteriores ao surgimento do Estado do bem-estar social. E continua existindo na Rússia atual, onde de 15 a 20 por cento da população empregada, pelo menos, tinha um emprego complementar em meados da década de 1990[42]. É perfeitamente possível também que o empregado tenha diversos tipos de fontes de renda. André Gunder-Frank, com razão, mencionou a "fluidez das relações proprietário-trabalhador". Ele dá o exemplo de "um único trabalhador que é simultaneamente (i) proprietário de sua própria terra, ou de sua própria casa, (ii) meeiro na terra de propriedade de outra pessoa (às vezes por metade, outras por um terço da produção), (iii) arrendatário na terra de propriedade de outra pessoa, (iv) trabalhador assalariado na época da colheita numa dessas propriedades, e (v) comerciante independente das mercadorias de fabricação caseira produzidas por ele"[43]. A importância relativa das diferentes fontes de renda pode se alterar repetidamente ao longo do tempo, como já sabia Adam Smith[44].

Em quarto lugar, o diagrama da circulação foca a relação entre *um único* empregado e seu empregador. Mas também pode ocorrer de os trabalhadores serem contratados *como grupo* por um empregador. Isso, muitas vezes, é feito por intermédio de um subempreiteiro, que recruta trabalhadores na região vizinha e, em seguida, os encaminha a um empregador. No setor têxtil de Xangai, em inícios do século XX, por exemplo, havia o sistema *pao-kung*, no qual o subempreiteiro "contratava" por um período de três anos moças das aldeias vizinhas, através de seus pais, e então as "alugava", por esse mesmo período, às fábricas de algodão britânicas ou japonesas localizadas nas cidades[45]. Num outro sistema, o subempreiteiro supervisiona os trabalhadores recrutados por ele e, portanto, também trabalha para o cliente. Era isso o que ocorria, por exemplo, no caso de muitas das minas de carvão indianas e chinesas[46]. Ocorria também de um grupo de trabalhadores ser contratado por um empregador sem a intermediação de um subempreiteiro, como no caso dos

Digitalizado com CamScanner

ceifeiros da Rússia europeia do século XIX, que eram organizados em *artels* (cooperativas)[47].

Por último, segundo o diagrama, o ciclo se quebra se um trabalhador deixa de colocar à venda sua força de trabalho e para de trabalhar. Isso, por sua vez, sugere que as greves são uma forma de ação coletiva associada principalmente aos trabalhadores assalariados *livres* e, também, que essa é a única forma possível de ação de protesto. Mas, se examinarmos empiricamente as formas pelas quais o protesto é expresso e as pressões são exercidas pelos diferentes grupos de trabalhadores subalternos (ou seja, escravos, trabalhadores autônomos, lumpemproletários e trabalhadores assalariados "livres"), veremos que elas, em grande medida, se sobrepõem. No passado, todos os tipos de trabalhadores subalternos faziam greve. Os trabalhadores das minas de prata de Chihuahua, por exemplo, que também eram meeiros, já em 1730 protestavam contra o término de seus contratos de trabalho, decretado pelos proprietários da mina, entrincheirando-se nos morros próximos. "Lá, eles construíram um parapeito de pedra improvisado, desfraldaram uma bandeira proclamando sua rebeldia e prometeram invadir a vila de San Felipe, matar [o proprietário da mina] San Juan y Santa Cruz e reduzir sua casa a cinzas. Por várias semanas eles se recusaram a arredar pé de seu reduto na montanha, onde passavam o tempo compondo e cantando canções de protesto"[48]. Os mineiros só voltaram após a mediação de um padre enviado pelo bispo. Os servos russos, com muita frequência, recusavam-se a "reconhecer a autoridade de seus senhores sobre eles", e paravam de trabalhar para ele, decidindo "entrar em greve"[49]. Os escravos às vezes também cruzavam os braços. Em grandes fazendas do Caribe britânico, em inícios do século XIX, por exemplo, havia paralisações unilaterais. A rebelião dos escravos ocorrida na Jamaica, em 1831, parece ter começado como "uma simples ação de greve que apenas ameaçava com o uso de força", e o plano não teve êxito porque faltava "controle absoluto e disciplina rígida", e também havia um "regime violento", "pronto a morrer antes de ceder"[50]. Inversamente, trabalhadores assalariados livres já usaram métodos de ação normalmente associados a outros grupos de trabalhadores subalternos, como linchamentos, motins, incêndios criminosos e uso de bombas"[51].

Além do mais, diferentes segmentos das classes subalternas muitas vezes executavam o mesmo tipo de trabalho, tendo, portanto, interesses

Digitalizado com CamScanner

essenciais em comum. Nas docas da Nova York de meados do século XVIII, "Escravos labutavam ombro a ombro com trabalhadores brancos como cocheiros, carroceiros, estivadores, estocadores, malabaristas e carregadores"[52]. Nesse complexo mosaico, eclodiu a conspiração de 1741, "organizada por soldados, marinheiros e escravos da Irlanda, do Caribe e da África", tendo como meta uma insurreição urbana[53].

Rumo a novos conceitos

A análise, até este ponto, indica que, na sociedade capitalista, as fronteiras entre trabalhadores assalariados "livres" e outros tipos de trabalhadores subalternos são, na verdade, vagas e finamente graduadas. Em primeiro lugar, existem amplas e complexas "áreas cinzentas", repletas de graus intermediários entre trabalhadores assalariados "livres", escravos, trabalhadores autônomos e lumpemproletários. Em segundo lugar, a quase totalidade dos trabalhadores subalternos pertence a famílias que praticam *diversos* modos de trabalho[54]. Em terceiro lugar, os trabalhadores subalternos, *individualmente*, também podem acumular diferentes formas de trabalho, tanto sincrônica quanto diacronicamente. E, por fim, a distinção entre os diferentes tipos de trabalhadores subalternos não é nítida.

Se pensarmos com cuidado, encontraremos implicações de longo alcance. Na realidade, existe na sociedade capitalista uma grande classe de pessoas cuja força de trabalho é mercantilizada de muitas formas *diferentes*. É por essa razão que me refiro a essa classe como um todo como *trabalhadores subalternos*. Eles formam um grupo variegado, que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica dessa "multidão" que, a meu ver, os historiadores do trabalho deveriam tentar entender.

Mas, nesse caso, surge a questão de o que todos esses diferentes trabalhadores subalternos têm *em comum*. Qual seria a linha divisória, o *fundamentum divisionis* entre eles e a outra parte da sociedade, que detém mais poder? Usando, como uma primeira orientação, os conceitos de Cornelius Castoriadis, poderíamos dizer que todos os trabalhadores subalternos existem num estado de "heteronomia institucionalizada". Para Castoriadis, a *heteronomia institucionalizada* é o oposto de *autonomia social*, e se manifesta "como uma massa de condições de privação

Digitalizado com CamScanner

e opressão, como uma estrutura solidificada e global, material e institucional da economia, do poder e da ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência". A heteronomia institucionalizada expressa e sanciona "uma divisão antagônica da sociedade e, paralelamente, o poder de uma determinada categoria social sobre o todo [...] Desse modo, a economia capitalista — produção, distribuição, mercado etc. — é alienante, na medida em que acompanha a divisão da sociedade em proletariado e capitalistas"[55].

Podemos tornar mais específica essa definição com o auxílio de um argumento do filósofo Gerald Cohen. Segundo ele, "a falta de meios de produção não é essencial para conferir a condição de proletário, ao contrário do tradicionalmente afirmado. Seria melhor dizer que *um proletário tem que vender sua força de trabalho a fim de conseguir seu meio de vida*. Ele pode possuir meios de produção, mas não consegue usá-los para seu próprio sustento, exceto se for contratado por um capitalista"[56]. Seguindo Marx, Cohen entende a expressão "tem que vender sua força de trabalho", nesse contexto, como uma compulsão econômica, mas, se acrescentarmos a compulsão física, estaremos mais próximos a um critério de demarcação mais nítido. *Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção*. Cada elemento dessa definição provisória exige reflexão[57]. Essa demarcação, entretanto, indica que a base de classe comum a todos os trabalhadores subalternos é a mercantilização *coagida* de sua força de trabalho[58].

A próxima questão é: como podemos conceituar a diferenciação interna da classe subalterna? Como é de conhecimento geral, a análise marxista clássica tomava como foco o poder no processo de produção. Esse processo de produção, obviamente, é caracterizado por uma combinação de três elementos: "atividade intencional, ou seja, o próprio trabalho, o objeto sobre o qual o trabalho é executado e os instrumentos daquele trabalho"[59]. O produto do trabalho é o quarto elemento dessa análise. Juntos, eles definem as dimensões mais importantes das análises clássicas, que devem ser mantidas em uma abordagem modificada:

Digitalizado com CamScanner

- A relação entre o trabalhador subalterno e sua *força de trabalho* (estaria o trabalhador subalterno no controle de seu corpo, ou o controlador seria o empregador ou terceiros?);
- A relação entre o trabalhador subalterno e seus *meios de produção* (até que ponto o trabalhador subalterno é de fato proprietário de seus objetos e instrumentos de trabalho, e até que ponto esses objetos e instrumentos são de propriedade do empregador ou de terceiros?);
- A relação entre o trabalhador subalterno e o *produto de seu trabalho* (até que ponto o produto de seus esforços pertence ao trabalhador subalterno, e até que ponto ele pertence ao empregador ou a terceiros?).

As observações precedentes sugerem, entretanto, que, acrescidas a essas dimensões clássicas, três outras dimensões são também relevantes:

- A relação entre o trabalhador subalterno e os outros membros de sua *família* (que tipos de dependência social e econômica existem entre o trabalhador subalterno e os demais membros de sua família?);
- A relação entre o trabalhador subalterno e seu *empregador fora do processo produtivo imediato* (até que ponto o trabalhador subalterno, por meio de dívidas, alojamento, necessidade prática, obrigações etc. está ligado a seu empregador?);
- A relação entre o trabalhador subalterno e os *outros trabalhadores subalternos* dentro da relação de trabalho (que tipos de dependência social e econômica existem entre o trabalhador subalterno e seus colegas imediatos?)[60];

Essas seis dimensões nos permitem desenvolver um espectro mais sutil de variações com as quais é possível descrever a posição de classe de um trabalhador subalterno individual em face de um empregador. Encarando os trabalhadores subalternos como uma heteronomia institucionalizada, podemos especificar que o *grau de heteronomia se torna maior* (ou o grau de autonomia torna-se menor) *quanto menor for o poder que o trabalhador subalterno tem sobre (i) sua capacidade de trabalho, (ii) seus meios de trabalho, (iii) o produto de seu trabalho, (iv) os demais membros de sua família, (v) sua relação com o empregador fora*

Digitalizado com CamScanner

do processo de trabalho imediato, e (vi) com seus possíveis companheiros no processo de trabalho. Nesse sentido, as mulheres, de modo geral, têm menos autonomia que os homens, e a autonomia dos trabalhadores assalariados é maior que a dos escravos, mas menor que a dos trabalhadores autônomos.

Se um trabalhador subalterno acumula diversos empregos, teremos que determinar diversas dessas especificações de classe. Além disso, como um trabalhador subalterno geralmente pertence a uma unidade maior (familiar), parece correto estender ainda mais a análise para incluir as posições de classe dos outros membros da família. Isso pode levar a incongruências interessantes, se uma única família congrega posições de classe divergentes[61]. Por fim, essas análises deveriam ser realizadas do modo o mais longitudinal possível, uma vez que os membros da família podem mudar de "emprego" ao longo de sua vida — ou melhor, se tiverem um certo grau de liberdade[62]. Uma nova tipologia poderia diferenciar melhor os tipos identificados na Tabela 1.1. Poderíamos, por exemplo, distinguir três tipos de transações de venda/aluguel de força de trabalho com base em se a transação envolve exclusivamente a força de trabalho ou também parte ou a totalidade dos meios de produção[63].

Seja qual for nossa maneira de abordar esses problemas, alguns princípios metodológicos parecem pertinentes. Em primeiro lugar, devemos resistir à tentação de uma "Grande Teoria empiricamente vazia" (tomando emprestado a expressão de C. Wright Mills). Ao contrário, temos que derivar tipologias mais precisas de um estudo empírico cuidadoso das relações de trabalho. Em segundo lugar, não deveríamos estudar separadamente os diferentes tipos de trabalhadores subalternos, levando em conta, o tanto quanto possível, as ligações existentes entre eles. Sidney Mintz, por exemplo, nos advertiu contra definir separadamente "escravo" e "proletário": "[Essas] duas vastas categorias de trabalhadores eram, na verdade, intimamente vinculadas pela economia mundial que, pode-se dizer, havia gerado a ambas, em sua forma moderna". Devemos levar em conta esses vínculos, uma vez que "um enfoque restrito à busca de definições puras deixa a desejar"[64]. Em terceiro lugar, nessa análise, não devemos encarar os subalternos como indivíduos isolados, porque, na verdade, eles são seres humanos que participam de famílias, sistemas de parentesco e de muitos outros tipos de redes sociais e culturais. E, por fim, não devemos classificar os subalternos a partir, principalmente, do

Digitalizado com CamScanner

ponto de vista do Estado-nação (como, por exemplo, as "classes trabalhadoras indianas" etc.). Seria melhor considerar o significado do aspecto "nacional" como algo que tem que ser colocado em contexto e explicado como tal.

Notas

1 V. L. Allen foi um dos primeiros a se engajar nessa discussão, em seu "Meaning of the Working Class in Africa". Ver também Bergquist, *Labor in Latin America*, especialmente os capítulos de 1 a 6; Breman, *Patronage and Exploitation; Of Peasants, Migrants and Paupers; Beyond Patronage and Exploitation; Footloose Labour*; Gooptu, *Politics of the Urban Poor*.

2 Linebaugh and Rediker, *Many-Headed Hydra*, pp. 286, 319 e 327.

3 Marx, *Capital*, I, p. 125. Essas linhas iniciais eram praticamente as mesmas do trabalho anterior de Marx, *Uma contribuição à crítica da economia política* (1859), fato esse que Marx reconhece explicitamente numa nota de rodapé. Essa obra anterior, que foi a primeira a esboçar de forma distintamente marxista os circuitos do comércio de mercadorias e da acumulação capitalista, foi em boa medida ignorada pelo público ao qual se destinava, e não vendeu bem ao ser publicada. Apenas o prefácio, onde Marx menciona brevemente sua interpretação da história humana, veio, mais tarde, a ser amplamente citado.

4 Idem, op. cit., p. 272. É verdade que Marx, em *O capital*, reconhece explicitamente que "os próprios salários podem tomar muitas formas", fato que ele pretendia analisar num "estudo especial sobre o trabalho assalariado" (*idem, op. cit.*, p. 683). Mas ele nunca chegou a fazê-lo e, portanto, uma análise teórica das instituições dos mercados de trabalho é conspicuamente ausente em seus escritos. Marx enfatiza também, num outro texto, sua opinião de que "Acima de tudo, [o capital] põe por terra todas as barreiras legais e tradicionais que o impediriam de comprar essa ou aquela forma de trabalho assalariado da forma que melhor lhe convier, ou de se apropriar dessa ou daquela forma de trabalho" (idem, op. cit., p. 1.013). No entanto, ele dá por certo, ao longo de toda sua obra, que o capitalismo tem a tendência de universalizar o trabalho assalariado livre, que implica o tipo de relação de trabalho que acabamos de descrever, ou seja, que *essa* forma de mercantilização é a característica *essencial* e *fundamental* do modo de produção capitalista à medida que este se desenvolve, cresce e expulsa outros modos de produção. Mesmo que interpretemos o estudo de Marx como tratando unicamente do capitalismo em sua "forma pura", ou em sua "média ideal", deixando de lado suas variações e gradações, temos que concluir que sua opinião é, claramente, de que, ao longo do desenvolvimento histórico, chegar-se-á cada vez mais perto da forma pura por meio, precisamente, dessa remoção dos obstáculos que se interpõem em seu caminho. Isso implica que as demais formas de relações de trabalho tenderiam a desaparecer, por serem todas, em última análise, não condizentes com a acumulação de capital e com a expansão do mercado. Se, de fato, essas relações de trabalho persistiram, a questão seria saber por quê. A resposta mais óbvia é que elas, comercialmente ou na realidade histórica, são, pelo menos, suficientemente compatíveis com os mercados capitalistas, entrelaçadas a eles e até mesmo *necessárias* à continuidade de seu desenvolvimento.

5 Idem, op. cit., p. 271.

6 Diversos autores já afirmaram que o termo "venda" não é realmente adequado no caso do trabalho assalariado, por envolver sempre uma venda apenas temporária da mão de obra (o "uso" da força de trabalho) e que, normalmente, não chamaríamos uma transação de tal natureza de "venda", e sim de "contratação" (ou "aluguel"). Esse pode parecer um ponto fútil

Digitalizado com CamScanner

ou trivial de minúcias linguísticas — quando o esforço de trabalho foi despendido, nunca poderemos fazer o relógio voltar trás para que esse esforço de trabalho seja devolvido ao trabalhador assalariado (o proprietário legal da força de trabalho) que a cedeu por contrato ou aluguel, ao contrário de outros tipos de "bens econômicos" contratados ou alugados, que podem ser assim devolvidos — mas as implicações teóricas e práticas podem ser de grande monta. Ver, por exemplo, Oppenheimer, *Soziale Frage und der Socialismus*, pp. 119-22; Eldred e Hanlon, "Reconstructing Value-Form Analysis", p. 44: Lundkvist, "Kritik af Marx' lønteori", pp. 16-8; Burkhardt, "Kritik der Marxschen Mehrwerttheorie", pp. 125-7; Ruben, "Ist die Arbeitskraft eine Ware?"; e Kuczynski, "Was wird auf dem Arbeitsmarkt verkauft?".

7 John Hicks já chega à conclusão de que existem diversas formas de mercantilização da força de trabalho: "Ou o trabalhador é simplesmente vendido, o que constitui escravidão; ou seus serviços podem ser contratados, o que constitui trabalho assalariado". Hicks, *Theory of Economic History*, p. 123. Uma primeira elaboração desse ponto de vista pode ser encontrada em Rohwer, "Kapitalismus und 'freie Lohnarbeit'". Ver também Banaji, "Fictions of Free Labour"; Bhandari, "Slavery and Wage Labor in History".

8 Marx, "Ökonomische Manuskripte 1863-1867", p. 111.

9 Marx, *Grundrisse*, p. 465.

10 Marx e Engels, "Manifesto of the Communist Party", p. 77.

11 Marx, *Grundrisse*, p. 464.

12 Marx, *Theories of Surplus Value*, III, pp. 422-3.

13 Marx and Engels, "Manifesto of the Communist Party", p. 75.

14 Idem, op. cit., p. 77. Quanto à conceituação de Marx sobre os pequenos produtores, ver também o apêndice, em Jaeger, *Artisanat et capitalisme*, pp. 297-314, e Leppert-Fögen, *Die deklassierte Klasse*, passim.

15 Marx, *Capital*, I, p. 797. Compare-se com "Class Struggles in France", p. 62: "uma massa nitidamente diferenciada do proletariado industrial, um campo de recrutamento para ladrões e criminosos de toda a espécie, vivendo das migalhas da sociedade, gente sem ofício definido, vagabundos, *gens sans feu et sans aveu*". Ver também Draper, "Concept of the 'Lumpenproletariat'"; Bovenkerk, "Rehabilitation of the Rabble"; Hayes, "*Utopia* and the Lumpenproletariat".

Diferentes opiniões sobre a posição das prostitutas no sistema de classes podem ser encontradas nos escritos de Marx. Quando discute a população excedente relativa em *O capital*, Marx vê as prostitutas como um componente importante do "verdadeiro lumpemproletariado" (*Capital*, I, p. 797). Em outros trabalhos, principalmente em *Theories of Surplus Value*, I, pp. 166 e 186, Marx diz que as prostitutas, caso trabalhem para o dono de um bordel, desempenham trabalho assalariado (improdutivo), tal como atores e músicos, sendo portanto, parte do proletariado no sentido estrito do termo. Aqui também, vemos mais uma vez que as maneiras pelas quais as classes sociais são definidas podem estar cheias de falsas considerações, que frequentemente permanecem implícitas, precisamente por serem moralistas e características de sua época É a isso, provavelmente, que Resnick se refere como o "artifício discursivo" inspirado por "uma urgente intenção polêmica". Resnick and Wolff, *Knowledge and Class*, pp. 161-2.

16 Ramseyer, "Indentured Prostitution in Imperial Japan", p. 101.

17 Johnson, "Competition of Slave and Free Labor", p. 273.

18 Bolland, "Proto-Proletarians?", p. 128.

19 Idem, op. cit., p. 127.

20 Turner, "Chattel Slaves into Wage Slaves", p. 39.

21 Ashton, "Coal-miners of the eighteenth century", p. 308; Breman, *Labour bondage in West India*.

22 Ver os levantamentos em Tinker, *New System of Slavery*; Potts, *World Labour Market*; Hoerder, *Cultures in Contact*, pp. 366-404.

Digitalizado com CamScanner

23 Veja-se o exemplo dos fabricantes cubanos de cigarros na década de 1850, em Casanovas, *Bread, or Bullets!*, p. 60, ou os casos dos trabalhadores em grandes propriedades agrícolas, em Harries, "Plantations, Passes and Proletarians", pp. 389-90, e em Peebles, *Plantation Tamils*, p. 60.

24 Orchard, *Japan's Economic Position*, p. 343. Uma variante um pouco diferente ocorria na indústria vidraceira da França pré-revolucionária, onde os operários às vezes "eram proibidos de se afastar mais de uma légua da fábrica sem permissão por escrito de seus empregadores e, em nenhuma circunstância, podiam pedir demissão de seus empregos sem antes terem solicitado, com *dois anos de antecedência*, a dispensa por escrito!" — Scoville, "Labor and Labor Conditions", p. 290.

25 Thompson, "Trade Union Organisation", p. 161.

26 Essa compra pelo empregador de produtos de cultivo caseiro ocorria, segundo Parpart, *Labor and Capital on the African Copperbelt*, p. 42, nas minas de cobre da Rodésia setentrional, na década de 1930.

27 Sartorius von Waltershausen, *Workers' Movement in the United States*, p. 216.

28 McDonald, *Urban Origins of Rural Revolution*, p. 147. Hoje em dia, um sistema muito semelhante ainda existe no caso dos condutores de *jeepneys* e de táxis em Manila. Ver Pinches, "'All that we have is our muscle and sweat'", p. 118.

29 Velasco Avila, "Labour Relations in Mining", p. 57.

30 Ver, por exemplo, Hart, *Power, Labor, and Livelihood*, pp. 180-2; Hüsken, "Landlords, Sharecroppers and Agricultural Labourers".

31 Moore, "Simon Gray, Riverman", pp. 158-9.

32 Turner, "Chattel Slaves into Wage Slaves", p. 34.

33 Allen, "Meaning of the Working Class in Africa", p. 188.

34 Bernstein, *Lean Years*, p. 422.

35 Collonges and Randal, *Autoréductions*, cap. 4.

36 Adamic, "Great 'Bootleg' Coal Industry". Uma descrição de situações semelhantes na Silésia do norte aparece em Machtan, "'Elendsschächte' in Oberschlesien".

37 "Devemos ressaltar que os furtos eram quase universais em navios". Rediker, *Between the Devil and the Deep Blue Sea*, p. 129. Ver também Ditton, "Perks, Pilferage, and the Fiddle". Entre os estudos de caso, podemos citar: Mars, "Dock Pilferage"; Nair, *Miners and Millhands*, cap. 2; Grüttner, "Working-Class Crime"; d'Sena, "Perquisites"; Randall, "Peculiar Perquisites and Pernicious Practices"; Green, "Spelling, Go-Slows, Gliding Away and Theft"; Smyth and Grijns, "*Unjuk Rasa* or Conscious Protest?", p. 21. William Freund fala da possibilidade de uma transição suave em direção ao roubo como ato coletivo em "Theft and Social Protest".

38 Ver também o capítulo 13 sobre a Escola de Bielefeld na sociologia do desenvolvimento.

39 Van Onselen, *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand*, pp. 30-1.

40 Por se verem presas dentro dos portões da fábrica, as operárias têxteis japonesas mencionadas acima tinham que "fazer todas as suas compras nas lojas da empresa; usar os serviços dos cabeleireiros da empresa (uma parte importante da toalete das moças japonesas); banhar-se nos banheiros da empresa; ser atendidas pelo médico da empresa e, de fato, satisfazer todas as suas necessidades e seus prazeres usando os recursos oferecidos pela empresa". Orchard, "Analysis of Japan's Cheap Labor", p. 231. Ver também Hilton, *Truck System*.

41 Entre os estudos sobre alojamentos funcionais podemos citar: Aggarwal, *Industrial Housing in India*; Bonner and Shapiro", Company Town, Company Estate"; Crinson, "Abadan"; Honhart, "Company Housing"; Melling, "Employers, Industrial Housing"; Tipple, "Colonial Housing Policy".

42 Hussey, "Low Pay"; Klopov, "Secondary Employment".

43 Frank, *Capitalism and Underdevelopment*, pp. 271-2.

44 "Em anos de fartura, os empregados muitas vezes deixam seus patrões e ganham sua subsistência com o produto que conseguem com seu próprio trabalho. [...] Em anos de escassez,

Digitalizado com CamScanner

a subsistência difícil e incerta faz com que todos desejem voltar a se empregar". Smith, *Wealth of Nations*, p. 74.

45 Chesneaux, *Chinese Labor Movement*, p. 57.

46 Simeon, *Politics of Labour*, pp. 25-6; Wright, "'A Method of Evading Management'".

47 Mixter, "Hiring Market as Workers' Turf".

48 English Martin, *Governance and Society in Colonial Mexico*, p. 51.

49 Kolchin, *Unfree Labor*, p. 258.

50 Craton, *Testing the Chains*, p. 301; Schuler, "Akan Slave Rebellions", pp. 382-3.

51 Cloward e Fox Piven observam com razão: "[Algumas] formas de protesto são de ocorrência mais ou menos universal. Os incêndios criminosos, seja nos campos do mundo pré-industrial ou nas ruas do mundo urbanizado, exigem recursos tecnológicos, mais do que organizacionais, e não muito mesmo do primeiro tipo. Os motins exigem pouco mais em termos de organização do que grandes números de participantes, afinidade e alguma comunicação. A maioria dos tipos de assentamentos humanos, sejam eles a aldeia pré-industrial ou a metrópole moderna, oferece esses requisitos estruturais". Fox Piven and Cloward, "Collective Protest", p. 148.

52 Rediker, *Between the Devil and the Deep Blue Sea*, p. 68.

53 Linebaugh e Rediker, *Many-Headed Hydra*, pp. 174-210, citação na p. 176.

54 Para uma argumentação mais completa, ver a "Introdução" e a "Conclusão" de minha autoria em Kok, *Rebellious Families*.

55 Castoriadis, *Imaginary Institution of Society*, p. 109.

56 Cohen, *Karl Marx's Theory of History*, p. 72.

57 Aqueles cuja força de trabalho não é mercantilizada, embora não possuam outros meios de ganhar a vida além de sua força de trabalho (os desempregados, no sentido amplo do termo), obviamente também pertencem à classe trabalhadora subalterna, bem como os familiares dos trabalhadores subalternos que executam trabalho de subsistência (ver capítulo 13) ou que, em razão da idade ou estado de saúde, não podem trabalhar. O conceito de "compulsão econômica" a trabalhar por remuneração também merece atenção, por implicar uma forte dimensão coletiva. Mesmo que, individualmente, os trabalhadores "livres" possam, em tese, escapar de seu destino por meio da mobilidade social ascendente, ainda assim haveria compulsão e falta de liberdade coletivas, porque "o trabalhador só é livre na condição de os outros não exercerem sua liberdade igualmente condicional". Cohen, *History, Labour, and Freedom*, p. 263.

58 Ao refinar a análise, temos que ter em mente que "há posições na divisão social do trabalho que são "*objetivamente contraditórias*". Wright, "Class Boundaries", p. 25. É possível dizer que Simon Gray, o escravo-empregador", ocupava uma dessas posições de classe contraditórias, da mesma forma que os trabalhadores autônomos com diversos clientes.

59 Marx, *Capital*, I, p. 284. Ver também Wittfogel, "Geopolitik", pp. 506-22, e Balibar, "Sur les concepts fondamentaux", p. 98.

60 Como é natural, pode haver superposições entre essas dimensões. No setor de serviços, por exemplo, os meios de trabalho e o produto do trabalho podem ser idênticos e, nas subempreitadas, a equipe contratada pode ser formada por membros de uma mesma família.

61 Para uma discussão do problema das "famílias de classes múltiplas", ver Graetz, "Class Location of Families". Graetz propõe um modelo genérico para a classificação conjunta das posições de classe de uma família.

62 Por razões subjetivas, não são todos os que conseguem mudar com facilidade sua relação de trabalho. Quando o cientista social norte-americano E. Wight Bakke morou no bairro de classe trabalhadora de Greenwich (Londres), em inícios da década de 1930, ele observou uma "relutância em se lançar em empreitadas independentes". Ele explicou esse fenômeno como causado pela "incapacidade de um indivíduo que nasceu e foi criado na tradição do trabalho assalariado imaginar a si mesmo como trabalhador independente e patrão de si próprio". Essa "falta de imaginação" era consequência da socialização do assalariado: "A rotina

Digitalizado com CamScanner

de trabalho, a regularidade e a simplicidade da rotina fora das horas de trabalho, as necessidades pesadas da economia doméstica — todos esses fatores forçam a uma disciplina que treina para a estabilidade do assalariado, mas não para independência e adaptabilidade, ou para a personalidade necessária para alcançar sucesso num empreendimento independente". Bakke, *Unemployed Man*, pp. 126-7.

63 A obra dos economistas políticos Robert W. Cox e Jeffrey Harrod também pode se mostrar de interesse. Ver o artigo programático de Cox, "Approaches to a Futurology of Industrial Relations", e a elaboração desse trabalho em dois livros: Cox, *Production, Power and World Order*, e Harrod, *Power, Production, and the Unprotected Worker*. Também refletindo essa perspectiva temos: Davies e Ryner, *Poverty and the Production of World Politics*.

64 Mintz, "Was the Plantation Slave a Proletarian?", pp. 97-8.

Digitalizado com CamScanner

Capítulo 13

Trabalho de subsistência enredado

O trabalho de subsistência jamais recebeu críticas elogiosas dos economistas do desenvolvimento. Não faz muito tempo que Peter Bauer, um acadêmico de renome nessa área, declarou resolutamente: "Os economistas voltados para o mercado e os defensores de um amplo controle estatal da economia concordam quanto a uma questão, ou seja, que avançar da produção de subsistência para trocas mais amplas é indispensável para que uma sociedade escape da pobreza extrema"[1]. Nessa visão que ainda predomina — sendo endossada tanto por antropólogos quanto por historiadores —, o setor de subsistência e a economia de mercado são *alternativas mutuamente exclusivas*: suas variações quantitativas representam um jogo de soma zero, no qual o ganho de um é o prejuízo do outro.

Será que isso é realmente verdade? Em que dados concretos nos baseamos quando assim descrevemos a relação entre o trabalho de subsistência e o capitalismo, e quanto dessa descrição não passa de um artigo de fé nas ideologias da modernização? Embora esse tópico ainda não tenha sido incorporado à corrente central do pensamento acadêmico, sabe-se muito mais sobre ele do que pareceria à primeira vista. Mas, infelizmente, nas ciências sociais, a expansão do conhecimento raramente é cumulativa e linear, sendo, além disso, sujeita aos modismos intelectuais do momento. *Insights* de extrema importância podem permanecer virtualmente desconhecidos porque, por exemplo, desviam-se excessivamente das visões consagradas, ou porque foram publicados no lugar "errado", num momento pouco auspicioso, ou em línguas "ilegíveis". A meu ver, as pesquisas sobre trabalho de subsistência apresentadas pela "Escola

Digitalizado com CamScanner

Bielefeld" de sociologia do desenvolvimento, em fins da década de 1970 e inícios da de 1980, teve esse destino. À época, os integrantes dessa Escola tendiam a publicar na "ilegível" língua alemã[2]. Ademais, além de terem se dispersado geograficamente nas últimas duas décadas, os participantes do projeto original acabaram por seguir trajetórias intelectuais díspares. Em consequência a Escola deixou de ser identificada como um grupo distinto.

Essa relativa desconsideração pelas contribuições da Bielefeld é lamentável, porque seus integrantes contribuíram com importantíssimos *insights* sobre as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores pobres do passado e do presente. Neste capítulo, irei reconstruir esses *insights* — não resumindo a totalidade (inconsistente, em algumas partes) da obra dos participantes da Escola, mas resgatando uma seleção de ideias que, a meu ver, continuam sendo de grande pertinência.

O movimento conhecido como Escola Bielefeld existiu da década de 1970 até inícios da de 1990, mas enfocou a questão do trabalho de subsistência apenas na primeira metade desse período. A Escola começou em 1974, quando Hans-Dieter Evers, então com 38 anos, foi nomeado professor de Planejamento do Desenvolvimento e Política de Desenvolvimento na recém-fundada universidade de Bielefeld, na Alemanha Ocidental. Evers havia trabalhado em países como Austrália, Estados Unidos e Cingapura, e se especializado na sociologia do sul e do sudeste asiáticos[3]. Evers, logo em seguida, reuniu em torno de si diversos doutorandos e estudantes de pós-doutorado, iniciando com eles uma discussão voltada para a elaboração de uma nova perspectiva teórica, conhecida na Alemanha como *Verflechtungsansatz* (Enfoque do Enredamento), na qual o papel do trabalho de subsistência era de importância central. Esse enfoque resultou em um grande número de trabalhos de campo em países como Benin, Egito, Indonésia, Malásia, México, Tailândia e Venezuela[4]. Uma coleção de ensaios publicados em 1979 forneceu uma visão dos resultados preliminares dessas pesquisas. Esses trabalhos tiveram grande influência nos países de língua alemã[5]. A partir de meados da década de 1980, entretanto, os membros da primeira geração da Escola se dispersaram para dar prosseguimento a suas carreiras em outros países.

A Escola ficou conhecida por seu estilo de trabalho característico, que Thomas Bierschenk descreve da seguinte maneira:

Digitalizado com CamScanner

> Questões de desenvolvimento social originárias das ciências sociais gerais são capturadas em seu contexto cultural por meio de longas pesquisas de campo e profundo conhecimento das línguas nativas, e então submetidas a estudos comparativos dentro da equipe. O resultado é uma íntima reaproximação da sociologia do desenvolvimento e da etnologia [...]. Enquanto a sociologia do desenvolvimento costuma suscitar questões de pesquisa, os métodos de pesquisa e o interesse em reflexões holísticas tendem mais a surgir da etnologia[6].

O Enfoque do Enredamento

O Enfoque do Enredamento deve sua origem a uma avaliação crítica do debate francês sobre a "articulação dos modos de produção" na África, datado da década de 1960 e inícios da de 1970. Esse debate girava em torno da ideia de que, ao penetrar em áreas pré-capitalistas, o capitalismo não destruía os modos mais antigos de produção, mas os incorporava, transformando-os ao longo do tempo[7]. Os mineiros da África do Sul são um exemplo bem conhecido do caso em questão: seus salários podiam ser mantidos baixos porque parte de seu sustento vinha do trabalho de subsistência exercido por suas mulheres em suas aldeias de origem. Segundo Claude Meillassoux: "As comunidades agrícolas autossuficientes, devido a sua amplitude e sua *raison d'être*, conseguem desempenhar as funções que o capitalismo prefere não assumir nos países subdesenvolvidos, ou seja, as funções de seguridade social"[8]. Meillassoux explorou essa teoria em seu famoso livro *Femmes, greniers et capitaux* (1975)[9].

Os antropólogos franceses partiam da suposição implícita de que esses diferentes modos de produção eram sistemas econômicos relacionados, embora separados. Os integrantes da Escola Bielefeld discordavam. Em retrospectiva, Evers mais tarde comentou que o debate francês sobre a articulação havia sido "equivocado", "uma vez que *não* existiam sistemas econômicos separados: os mesmos membros da sociedade produziam para o mercado e para seu próprio uso. A análise tinha que partir não do enredamento de diferentes *modos* de produção, e sim do enredamento de diferentes *formas* de produção dentro de um único modo de produção, ou seja, o modo capitalista"[10]. Georg Elwert, integrante da Escola, havia observado antes, em Benin, que

Digitalizado com CamScanner

a linha divisória entre os diferentes setores de produção podia passar pelos próprios indivíduos em causa. A mesma pessoa podia desempenhar trabalho de subsistência em casa, produção de mercadorias no campo e trabalho assalariado em uma grande fazenda; a relação entre esses respectivos setores e seu progressivo enredamento, entretanto, dependia de uma acumulação mediada pelo mercado mundial[11].

Dessa perspectiva, a produção de subsistência não é um modo de produção à parte (como sugerido por Marshall Sahlins)[12], mas tende a se organizar dentro de todos os tipos de relações de produção[13]. A unidade primária de análise é a família, embora essa unidade não seja uma estrutura nem estável nem claramente delineada, como demonstrado pelos frequentes casos de instabilidade conjugal. Fica implícito que, "para as mulheres e crianças, principalmente, unidades que não a família podem, em tempos de crise, ser de importância crucial para sua sobrevivência"[14].

Além do debate sobre a articulação, o debate feminista sobre o trabalho doméstico, surgido em todo o mundo na década de 1960, também serviu de inspiração para a Escola Bielefeld. Margaret Benston, já bem cedo, havia preparado o terreno, quando, em 1969, ressaltou a importância do "trabalho doméstico, incluindo cuidar das crianças". Benston deu ênfase ao fato de o trabalho das donas de casa ser *não remunerado* e, portanto, "sem valor" e totalmente carente de prestígio: "Em termos estruturais, a coisa mais próxima à condição das mulheres é a condição de outros que também estão ou estiveram à margem da produção de mercadorias, ou seja, os servos e os camponeses"[15]. Um debate amplo e muito sofisticado, tendo como objeto a economia política do trabalho doméstico, fervilhou por toda a década de 1970, entrando pela de 1980. Os membros da Escola Bielefeld perceberam, a partir desse debate, que a produção de subsistência era onipresente, sendo "condição e parte integrante de toda a produção social (e, portanto, inerentemente social em si mesma), e também uma precondição para a perpetuação de todas as formas de produção de mercadorias e de trabalho assalariado, mesmo as mais sofisticadas"[16]. As poucas famílias que não realizam trabalho de subsistência são exceção à regra, e geralmente de alta renda. O único proletário que reproduz sua força de trabalho sem executar trabalho de subsistência é o

Digitalizado com CamScanner

yuppie (*young urban professional*) que, como executivo bem pago ascendendo na hierarquia da empresa multinacional na qual trabalha, almoça um sanduíche comprado e, à noite, encontra-se com sua 'esposa *yuppie*' (que provavelmente é professora de uma universidade ou corretora de valores) para jantar fora, enquanto, no apartamento alugado do casal, uma empregada se incumbe das tarefas domésticas[17].

As ideias centrais do projeto Bielefeld, portanto, foram formuladas já bem ao início de seu trabalho: (i) os trabalhadores pobres *combinam diferentes estratégias de sobrevivência* (e, consequentemente, diferentes modos de produção); (ii) em todos os casos, um componente necessário dessa mistura de estratégias é o *trabalho de subsistência*, ou seja, trabalho voltado não para o mercado, mas sim para sustento próprio; (iii) um indivíduo pode usar diversas estratégias de sobrevivência simultaneamente. Essa formulação dessa base teórica ficou clara a partir de 1976-1977. Embora Evers fosse a principal fonte de inspiração, algumas feministas que integravam o grupo (Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof) foram influenciadas também por Maria Mies (que não fazia parte da Escola)[18]. Seus pontos de vista diferiam significativamente daqueles dos outros membros da Escola.

O QUE É TRABALHO DE SUBSISTÊNCIA?

O conceito central de trabalho de subsistência interessou à Escola Bielefeld não apenas por razões analíticas, mas também como uma versão rudimentar de uma possível alternativa ao capitalismo. Sua declaração de programa de 1977 afirmava: "Ao elevar a *reprodução de subsistência* a uma posição central, como alternativa ao crescimento econômico, ou seja, a ampliação da economia de mercado, esperamos poder contribuir para o desenvolvimento de uma teoria social voltada antes de mais nada para a satisfação das necessidades humanas, e não para a acumulação do capital"[19].

Os integrantes da Escola nunca deixaram absolutamente clara sua exata definição de trabalho de subsistência. Por vezes, eles limitavam o conceito à produção de valores de uso e, por outras, ampliavam-no para incluir também atividades comerciais, contanto que o dinheiro obtido

Digitalizado com CamScanner

com essas atividades retornasse diretamente à família. E, às vezes, eles restringiam o conceito a bens e serviços, enquanto em outras situações expandiam-no para abranger a geração e a criação de filhos. No total, quatro descrições parecem ter resultado, como mostrado na Tabela 13.1.

TABELA 13.1

QUATRO DEFINIÇÕES DE TRABALHO DE SUBSISTÊNCIA

	Produção de valores de uso	Produção de valores de uso + pequena produção e comércio de mercadorias
Bens e serviços	I	II
Bens e serviços e criação de filhos	III	IV

A Definição I é usada no trabalho de Evers: "Segundo nossa definição, a produção de subsistência compreende toda a produção de bens e serviços direcionada não ao mercado, mas ao consumo próprio dos produtores. A produção de subsistência, portanto, é voltada para o valor de uso, e não para o valor de troca, e não é movida diretamente pelo mercado e pelos mecanismos de preço"[20].

Segundo a Definição II, além do trabalho das donas de casa, o trabalho de subsistência compreende também "a produção de pequenos agricultores, pequenos artesãos, o comércio de mascates e o trabalho autônomo no setor de serviços, o trabalho sazonal, o trabalho dos migrantes, a prostituição etc."[21].

A Definição III é derivada do trabalho de Maria Mies, que define a produção de subsistência como "a *produção da vida* no seu sentido mais amplo, a produção de valores de uso para a vida cotidiana, bem como a produção de novas vidas"[22]. Segundo Mies, entre os elementos do trabalho de subsistência incluem-se "diversas atividades humanas que vão desde a gravidez, o nascimento dos filhos, até a produção, o processamento e a preparação de alimentos, roupas, cuidados com a casa, limpeza, bem como a satisfação de necessidades emocionais e sexuais"[23].

Veronika Bennholdt-Thomsen aplica a Definição IV argumentando que o produto do trabalho de subsistência é medido em termos de valores de uso, mesmo que esse produto acabe por se transformar numa mercadoria.

Digitalizado com CamScanner

A dona de casa não pensa (conscientemente, pelo menos) em seu processo de trabalho como produzindo a mercadoria 'força de trabalho'. A seu ver, ela está criando seres humanos e trabalhando para o bem-estar de seus filhos e de seu marido. Na realidade, o que ela cria se transforma em mercadoria. O mesmo se aplica aos camponeses. Mesmo quando cultivam lavouras destinadas ao mercado, eles encaram essa lavoura como voltada para o valor de uso, e é exatamente essa atitude que torna tão lucrativa essa produção agrícola[24].

As interpretações I e III parecem predominar nos estudos da Escola Bielefeld[25]. Eu, pessoalmente, prefiro a definição III, que distingue claramente entre a produção de valores de uso e a produção de mercadorias, e reconhece que a reprodução da força de trabalho no capitalismo compreende três elementos: "o *sustento* dos trabalhadores durante períodos de emprego (ou seja, a *reconstituição* da força de trabalho imediata); sua *manutenção* durante períodos de desemprego (devido a paralisações, doença etc.); e sua *substituição* por meio da geração de filhos"[26]. Qualquer que seja a definição preferida, contudo, duas questões irão sempre surgir.

Primeiramente, todas as definições giram em torno de bens e serviços, mas quais bens e serviços? Há boas razões para crer que os bens e serviços produzidos e consumidos incluem tanto artigos de consumo "circulantes" quanto os bens fixos, como uma casa de moradia[27]. "Em muitas sociedades, particularmente nas áreas rurais, as casas muitas vezes são construídas pelos próprios habitantes, o que significa que a construção de casas também é parte da produção de subsistência direta". Além do mais: "A casa tem que ser limpa, consertada e mantida em ordem para que continue a oferecer condições de moradia"[28].

Em segundo lugar, se determinamos que os produtos do trabalho de subsistência são para "uso pessoal", *quem* executa o trabalho de subsistência e *quem* consome seu produto? Em seu estudo de uma aldeia no sul de Benin (1976-1978), Georg Elwert observou que as pessoas frequentemente executavam trabalho de subsistência para outras pessoas, inclusive de fora do círculo familiar:

Embora atualmente essa parcela seja cada vez menor, tradicionalmente, uma grande parte do trabalho executado e dos bens produzidos era transferida para fora da unidade de produção. No passado, jovens de sexo masculino

Digitalizado com CamScanner

conhecidos como os *donkpe dida* trabalhavam os campos dos idosos (*mexo*) que já não conseguiam mais realizar eles próprios esse trabalho. Diversos tipos de *obrigações* de ajudar com a execução de trabalho ou o fornecimento de comida a pais, sogros ou amigos continuam existindo até hoje[29].

De uma perspectiva diferente, Wolfgang Clauss chegou à mesma conclusão com base numa pesquisa conduzida por ele no norte de Sumatra: "Os membros da família podem não compartilhar toda a sua renda, e o consumo nas festividades dos familiares, de vizinhança e da aldeia pode representar uma parcela significativa do consumo total"[30]. Em outras palavras, temos que reconhecer que nem todo o trabalho de subsistência ocorre dentro das unidades familiares e para o benefício dessas unidades familiares[31].

Formas de enredamento

Em seus estudos, os integrantes da Escola Bielefeld centraram-se nas famílias que combinavam o trabalho de subsistência *ou* com a produção de mercadorias (por exemplo, agricultores que cultivavam lavouras comerciais) *ou* com o trabalho assalariado[32]. Dois tipos diferentes de enredamento podem, portanto, ser distinguidos:

Enredamento de pequena produção de mercadorias e trabalho de subsistência

As diferentes combinações do trabalho de subsistência e da produção de mercadorias são de número infinito. Em um extremo do espectro, as famílias necessitam de pouco trabalho de subsistência para sobreviver porque o lucro proveniente da venda de mercadorias de produção própria é suficiente. As famílias que se encontram nessa situação e que continuam a executar trabalho de subsistência provavelmente o fazem por seu valor de uso (por exemplo, os alimentos cultivados ou produzidos em casa têm sabor melhor) ou por tradicionalismo. No outro extremo, algumas famílias não conseguem sobreviver sem trabalho de subsistência contínuo. Entre esses dois extremos, há famílias que, em circunstâncias normais, talvez consigam sobreviver sem o trabalho de subsistência, mas que recorrem a ele em tempos de crise[33].

Digitalizado com CamScanner

Bennholdt-Thomsen analisa a relação entre trabalho de subsistência e produção para o mercado em Rio Grande (Chiapas, México), onde os produtos para consumo pessoal são separados dos que vão ser vendidos. Os agricultores plantam milho e feijão (conhecido como *milpa*) em parte de suas terras e café em outra parte. "Essa combinação é a forma clássica que os pequenos agricultores dos países em desenvolvimento de todo o mundo usam para produzir produtos de monocultura para o mercado mundial: parte das terras é reservada para o plantio de gêneros de primeira necessidade"[34]. Suas terras são divididas da seguinte maneira: "Cerca de metade da terra é usada para o cultivo de café, e a outra metade, para milho e feijão, os alimentos básicos de sua dieta. Além disso, eles reservam uma porção específica de alguma ribanceira inutilizável ou de terra sem cultivo para coletar lenha. Na maioria dos casos, cerca de metade da terra destinada ao cultivo de milho e feijão é deixada sem cultivo"[35] (Diagrama 13.1).

DIAGRAMA 13.1

USO DA TERRA EM RIO GRANDE

<table>
<tr><td rowspan="2">cafetal (café)</td><td>milpa (milho e feijão)</td><td>monte (lenha)</td></tr>
<tr><td>acahual (terra sem cultivo)</td><td></td></tr>
</table>

Os agricultores de Chiapas parecem ter ingressado no mercado mundial do café por volta de 1930. Esse ingresso parece ter acarretado uma diminuição da produção de subsistência. Anteriormente, por exemplo, eles cultivavam algodão para o fabrico de roupas e cana-de-açúcar para seu próprio consumo de açúcar. Essa atividade desapareceu por completo[36]. A ascensão da produção de mercadorias alterou, portanto, a produção de subsistência. "É óbvio que as análises da produção de subsistência deveriam levar em conta também as culturas voltadas para o mercado"[37].

Enredamento do trabalho assalariado e do trabalho de subsistência

Em 1979, Evers examinou as combinações de trabalho assalariado e de trabalho de subsistência em Jacarta, com base num questionário enviado a 1.083 famílias, totalizando 5.789 pessoas[38]. Segundo Evers, essa

Digitalizado com CamScanner

amostra era representativa dos moradores dos *kampungs* da capital indonésia, que correspondiam a 80 por cento do total da população de Jacarta[39]. Sua hipótese original era de que a produção de subsistência era inversamente proporcional à renda familiar, mas essa suspeita foi apenas em parte confirmada.

De fato, para as famílias muito pobres, o trabalho de subsistência, embora absolutamente necessário a sua sobrevivência, constituía um consumo menor, se comparado ao das famílias um pouco mais "ricas". O acesso à terra e aos recursos ou a disponibilidade das "ferramentas básicas" de produção doméstica, como uma máquina de costura, um fogão ou uma bicicleta, são tão importantes quanto a contribuição de membros da família que trabalham como assalariados no setor formal ou informal[40].

A Tabela 13.2 resume os principais achados quantitativos da pesquisa de Evers.

TABELA 13.2

PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA NOS KAMPUNGS DE JACARTA – JULHO-AGOSTO DE 1979, COMO PERCENTAGEM TOTAL DO VALOR TOTAL DO CONSUMO POR FAMÍLIA, A PREÇOS DE MERCADO LOCAIS

Produção de subsistência	Número de famílias (%)
0	54 (5,0)
0,1-10	231 (21,3)
10,1-20	435 (40,2)
20,1-30	220 (20,3)
mais de 30,1	143 (13,2)
Total	1.083 (100,0)

Fonte: Evers, *Subsistence Production and Wage Labor in Jakarta*, p. 21.

Em média, a produção de subsistência cobria cerca de 18 por cento dos gastos mensais da família[41], abrangendo uma vasta gama de atividades:

As verduras cultivadas em minúsculos pedaços de terra situados entre as casas dos kampungs, galinhas criadas em galinheiros improvisados, os peixes pescados na praia ou nos rios que cortam a cidade representam uma parte nada insignificante da produção de alimentos. [...] A construção de casas e sua

Digitalizado com CamScanner

manutenção respondem por uma outra parcela significativa da produção de subsistência. Materiais descartados, como embalagens industriais das fábricas das redondezas, pregos, telhas quebradas etc. são coletados e usados na construção de casas. As enchentes anuais e os grandes temporais que ocorrem periodicamente fazem com que a reconstrução e os reparos das casas sejam uma atividade permanente, na qual os moradores dos kampungs têm que investir boa parte de seu trabalho[42].

Ocorriam também transferências a partir do setor de subsistência rural, na forma de "presentes de parentes, parte da colheita de um pedaço de terra na aldeia natal, no qual, talvez, a família ainda tenha participação, contribuem para a renda das famílias urbanas e explicam os feixes de arroz ainda na casca, o peixe seco ou as pilhas de verduras que ainda se vê até mesmo nos kampungs urbanos mais densamente povoados"[43].

Como parte de um estudo paralelo realizado nas favelas de Bangcoc, Rüdiger Korff estudou o tempo investido no trabalho de subsistência, concluindo que o trabalho assalariado cobria cerca de 24 por cento do consumo entre os grupos de renda inferior[44]. Ambos os estudos, portanto, dão ênfase à importância da produção de subsistência como estratégia de sobrevivência entre os assalariados do sudeste asiático.

Os recursos do trabalho de subsistência

O trabalho de subsistência é um processo de trabalho como qualquer outro. Produzir alimentos e casas exige recursos, principalmente terra, mas também sementes, gado etc. Em muitos casos, alguns desses recursos têm que ser comprados, enquanto outros não. O acesso a esses recursos em grande parte determina a autossuficiência dos trabalhadores pobres. Um estudo sobre as favelas brasileiras, por exemplo, sugere que a importância da produção de subsistência é inversamente proporcional à densidade demográfica: quanto mais densa a população, mais escassos são os recursos[45].

Evers *et al.* descrevem quatro situações típicas para indicar a variabilidade da relação entre trabalho de subsistência e renda monetária (obtida através de pequena produção de mercadorias e/ou trabalho assalariado)[46]:

Digitalizado com CamScanner

- Na primeira situação, as famílias possuem amplos recursos de subsistência, terra arável, por exemplo. Mesmo que alguns meios de produção circulantes (como sal ou parafina) tenham que ser comprados, a participação das atividades de subsistência no consumo doméstico pode ser considerável – embora a importância relativa da renda de subsistência diminua gradativamente à medida que aumenta a renda monetária[47].
- A segunda situação corresponde *grosso modo* às relações encontradas nas favelas de Jacarta: os extremamente pobres têm renda monetária mínima e poucos recursos de subsistência. Muitos passam a mendigar. Aqueles em situação um pouco melhor têm tanto renda monetária quanto renda de subsistência maiores. Em meio aos que estão em situação ainda melhor em termos materiais, a importância do trabalho de subsistência diminui em função do aumento da renda monetária. Os pesquisadores tendem a confundir essa situação com a primeira por negligenciarem o estrato inferior: "É fácil ignorar o casebre de papelão habitado por uma viúva idosa sem parentes, e os mendigos que dormem nas calçadas não são contados como moradores"[48]. No que diz respeito a Bangcoc, Korff observa:

  > Conversas sobre diferenciação econômica e social com várias pessoas da favela indicaram que as famílias vistas como muito pobres eram pouco numerosas e faltava-lhes mão de obra. Nessas famílias, praticamente toda a força de trabalho tem que ser usada para conseguir uma renda, não sobrando tempo para a produção de subsistência. Essas famílias veem-se no dilema de ter renda baixa e despesas altas, uma vez que alguns dos bens e serviços, que, nas famílias maiores, são obtidos com trabalho de subsistência, têm que ser comprados pelas famílias com pouca mão de obra[49].

- Na terceira situação, as famílias têm que comprar muitos recursos antes de poder realizar trabalho de subsistência. Em alguns casos, os agricultores mais pobres têm que vender toda a sua colheita para comprar itens de consumo, inclusive comida. Os agricultores em melhor situação podem aumentar sua colheita com o cultivo de duas lavouras e o uso de tratores, e têm condições de comprar os recursos necessários para a produção de subsistência. Esse caso geralmente leva a uma divisão de trabalho baseada especificamente no gênero,

Digitalizado com CamScanner

na qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho de subsistência e os homens, pela renda monetária. Essa prática ocorre na África, onde os empregados de sexo masculino das empresas estatais ou de grandes empresas estrangeiras ganham salários relativamente altos e conseguem comprar pedaços de terra que serão trabalhados por suas mulheres.

- Por fim, na quarta situação, recursos de subsistência como terra são escassos, e apenas os mais ricos têm condições de se dedicar ao trabalho de subsistência. Isso ocorre em grandes propriedades rurais, onde os mais pobres são obrigados a pagar aluguel e comprar comida, não possuindo sequer sua própria horta. Os capatazes (homens) dessas propriedades, entretanto, têm pedaços de terra cultivados por suas mulheres.

Se combinados, esses casos sugerem uma associação curvilínea entre a renda monetária e a importância relativa do trabalho de subsistência para a família[50].

A PERSPECTIVA FEMINISTA

A ala feminista da Escola Bielefeld deu ênfase ao fator gênero na relação entre o setor de subsistência e o setor de mercado. Em termos gerais, as teóricas feministas da subsistência (Bennholdt-Thomsen, Mies e Von Werlhof) apresentaram um raciocínio de três etapas:

- Em primeiro lugar, elas viam o trabalho de subsistência (que, como já dito anteriormente, elas encaravam de uma perspectiva muito ampla) como a esfera das mulheres. Segundo Von Werlhof: "É fundamental e característico que as mulheres sejam trabalhadoras não assalariadas, e que os homens sejam trabalhadores assalariados (uma assalariada mulher é sempre, ao mesmo tempo, trabalhadora não assalariada)"[51].
- Em segundo lugar, elas observaram que as trabalhadoras de subsistência, portanto, ocupam uma posição de classe diferente da dos trabalhadores assalariados ou pequenos produtores de sexo masculino. "Trata-se de uma posição de classe combinada, na qual o trabalho

Digitalizado com CamScanner

como um todo é classificado como capital", comparável à "posição de um arrendatário ou pequeno camponês" e, "simultaneamente", abrangendo "a escravidão e a servidão"[52].

- Em terceiro lugar, elas viam a tentativa de liberar o trabalho de subsistência de sua incursão capitalista como o principal objetivo da luta contra o capitalismo. O trabalho de subsistência livre quebra "os grilhões espirituais e culturais da ideologia do crescimento", liberando as mulheres e a natureza[53].

Essa definição qualitativamente diferente do trabalho de subsistência reforça ainda melhor a conclusão de que o capitalismo *não pode* existir sem o trabalho de subsistência[54]. Se isso for verdade, devemos analisar o capitalismo não como uma relação de trabalho assalariado, e sim como uma *dupla* relação de trabalho assalariado *versus* trabalho de subsistência. Quando filhos são gerados e criados por meio do trabalho de subsistência, essa prática é uma forma de "continuação da acumulação original"[55].

Importância para a história mundial do trabalho

Os *insights* da Escola de Bielefeld são úteis para a construção de um contexto analítico para a historiografia global das relações de trabalho. É bem verdade que os integrantes da Escola estudaram apenas relações de trabalho nas quais a coerção física não era um fator importante, não levando em conta, portanto, o trabalho não livre (escravidão, servidão por contrato). No entanto seria possível extrapolar suas análises a fim de aplicá-las também a essas outras relações de trabalho.

Quanto a isso, devemos distinguir claramente entre, por um lado, a transição do trabalho de subsistência para o trabalho mercantilizado e, por outro, a mercantilização do trabalho de subsistência como tal. Na *transição do trabalho de subsistência para o trabalho mercantilizado*, a sobrevivência de uma família ou unidade familiar passa a depender cada vez mais da venda ou do aluguel a terceiros do trabalho ou dos produtos do trabalho. Essa transição pode resultar da falta dos recursos necessários ao trabalho de subsistência (como demonstrado pela Escola Bielefeld) ou da existência de boa seguridade social. E essa transição é reversível. Com muita frequência, por exemplo, as famílias de classe trabalhadora

Digitalizado com CamScanner

reagem a grandes perdas de renda intensificando o trabalho de subsistência. É fácil perceber que essa estratégia foi aplicada durante o processo de desindustrialização do norte da Itália, no século XVII, e em muitas outras ocasiões posteriores, por exemplo, nos períodos de excesso maciço de mão de obra ou de baixos salários, como acontece hoje no Leste Europeu e na Rússia[56]. A antropóloga June Nash ressalta que esse "passo atrás" só é possível quando há disponibilidade de recursos de subsistência suficientes. Ela descreve como as famílias desempregadas de Pittsfield, Massachusetts, desde a década de 1970, vêm tentando ganhar dinheiro suficiente com atividades como cultivo de hortaliças e pesca, "embora a base de recursos esteja diminuindo, já que os rios e lagos, antes abundantes em peixes, vêm sendo poluídos pelos dejetos tóxicos das fábricas, e conjuntos habitacionais e centros comerciais suburbanos ocuparam os campos e matas das fronteiras oeste e sul"[57].

A *mercantilização do trabalho de subsistência como tal* se refere ao fato de que, apesar da produção de valores de uso por meio do trabalho de subsistência, os componentes do processo de trabalho podem, mesmo assim, ser mercadorias. Como todos os processos de trabalho, o trabalho de subsistência pode ser discriminado em três componentes: (i) o objeto do trabalho (a "matéria-prima"), (ii) os meios de trabalho (as "ferramentas") e (iii) a força de trabalho. Cada um desses três componentes pode ou não tomar a forma de mercadoria (Figura 13.1).

FIGURA 13.1

OS COMPONENTES DO TRABALHO DE SUBSISTÊNCIA

	Não mercantilizado	Mercantilizado
Objeto do trabalho	A1	A2
Meios de trabalho	B1	B2
Força de trabalho	C1	C2

Todas essas combinações parecem existir na prática. Em uma família, um cozinheiro que dependa de salário pode preparar verduras de cultivo doméstico num fogão comprado numa loja (A1-B2-C2). Numa outra família, uma dona de casa não remunerada lava e cozinha manualmente as verduras compradas no mercado (A2-B1-C1). Ao longo do tempo, a ênfase vem se transferindo da coluna esquerda (A1-B1-C1) para a coluna

Digitalizado com CamScanner

direita (A2-B2-C2), embora essa transferência raramente seja completa. Alguns dos componentes do trabalho de subsistência, na maioria dos casos, continuam não mercantilizados. O trabalho de subsistência que usa componentes mercantilizados requer dinheiro, enquanto o trabalho de subsistência que usa componentes não mercantilizados exige outros recursos, como terra, sementes e tempo de trabalho[58].

Os integrantes da Escola Bielefeld criticaram o conhecido "debate sobre o modo de produção" indiano (1968-1978), porque os debatedores ignoraram essas gradações complexas do trabalho de subsistência[59]. Em essência, o debate contrastava dois pontos de vista. De um lado do debate, os autores associavam a meação e outras formas de trabalho dependente a relações feudais; de outro lado, os autores inferiam que relações capitalistas haviam surgido com base na prática de pagamento de salários. Não foi levado em conta que uma parcela significativa dos agricultores indianos sobrevive com "valores de uso material *puros* de produção própria (ou seja, valores que não adquirem temporariamente um valor de troca)", enquanto, no capitalismo desenvolvido, a reprodução da força de trabalho depende do mercado num grau muito maior: "Enquanto, no caso indiano, o trabalho reprodutivo direto gera também os insumos materiais dessa reprodução, sob o capitalismo, esse trabalho limita-se à reciclagem e ao refino, enquanto os insumos materiais são obtidos no mercado"[60]. A mercantilização do trabalho de subsistência no sul da Ásia, portanto, estava bem menos avançada que no capitalismo desenvolvido.

Conclusão

A contribuição mais inovadora da Escola Bielefeld foi sua análise do vínculo *sistemático* entre a produção de subsistência e o capitalismo, após Meillassoux e outros acadêmicos terem notado um vínculo *incidental*. Em retrospectiva, é de surpreender que essa percepção não tenha existido antes. Alexander Chayanov, por exemplo, observou que a percentagem da produção mercantilizada dos agricultores das aldeias russas era mais alta em algumas famílias que em outras. A partir desse padrão, ele concluiu apenas que havia dois "tipos" de famílias, ou seja, as caracterizadas pela "economia natural" (trabalho de subsistência) e as movidas pela produção de mercadorias. A ideia de que ambos os tipos podem se

Digitalizado com CamScanner

combinar sistematicamente, embora com diferentes composições, parece não ter ocorrido a Chayanov[61].

A introdução do trabalho de subsistência na análise das relações de produção explica uma série de paradoxos[62]:

- Os produtores de mercadorias ou os trabalhadores assalariados capazes de sobreviver basicamente com trabalho de subsistência podem ter uma atitude mais flexível com relação ao mercado do que teriam sem esse forte apoio na subsistência. Se for necessário dinheiro, os pequenos agricultores com uma base de subsistência podem vender seus produtos a preços muito menores que o "normal" e, por analogia, também os trabalhadores assalariados podem aceitar salários muito mais baixos que o "normal".
- Os produtores que geram tanto mercadorias quanto meios de subsistência se proletarizam em ritmo muito mais lento que o "normal", dada a maior eficiência da indústria capitalista de larga escala. Essa lentidão pode ser atribuída a seu custo de vida monetário mínimo, que os permite continuar operando apesar da baixa receita monetária.
- Em muitos casos, a produção de subsistência continua, mesmo quando se tornou menos lucrativa que a produção de mercadorias. Afinal, atuando como uma forma de seguro, ela permite que a família sobreviva em períodos em que os preços das mercadorias e os salários monetários entram em declínio.
- A relação entre o setor de subsistência e a resistência é uma questão importante, que merece pesquisas mais aprofundadas. Janice Perlman afirmou que os trabalhadores e os pequenos agricultores que tenham uma sólida base de subsistência são mais facilmente mobilizados para as atividades revolucionárias do que pessoas que nada têm a perder além de seus grilhões[63]. Os integrantes da Escola Bielefeld também defenderam o ponto de vista de que "uma produção de subsistência relativamente forte é uma reserva melhor para sobreviver em tempos de luta (inclusive a perda de renda devida a greves)". A seu ver, "os esforços para proteger essa base de subsistência foram de importância central em muitos conflitos políticos"[64].

À luz dos achados da Escola Bielefeld, a observação de Peter Bauer, de que "avançar da produção de subsistência para trocas mais amplas é

Digitalizado com CamScanner

indispensável para que uma sociedade escape da pobreza extrema", soa um tanto cínica. Afinal, se os meios de produção desaparecem sem ser substituídos por mecanismos robustos de seguridade social, a probabilidade de extrema pobreza *aumenta*, e não diminui. A grande relutância a abandonar sua produção de subsistência que os pequenos agricultores e os assalariados sempre demonstraram no passado é portanto inteiramente compreensível[65].

Notas

1 Bauer, *From Subsistence to Exchange*, p. 7; uma observação do mesmo teor aparece na p. 45.

2 Nos círculos anglófonos, a Escola tornou-se conhecida principalmente por meio de uma conferência organizada conjuntamente com o Centro Fernand Braudel, de Immanuel Wallerstein (Binghamton, NY), que resultou em um volume editado: Smith, Wallerstein e Evers, *Households and the World-Economy*.

3 Em sua tese de doutorado, Evers tratou da ascensão de uma classe de empreendedores industriais no Sri Lanka: *Kulturwandel in Ceylon*. Suas primeiras publicações em inglês incluem os dois volumes editados *Loosely Structured Social Systems* e *Modernization in South-East Asia*.

4 As monografias mais importantes são: Bennholdt-Thomsen, *Bauern in Mexiko*; Clauss, *Economic and Social Change among the Simalungun Batak*; Elwert, *Bauern und Staat in Westafrika*; Stauth, *Fellachen im Nildelta*; von Werlhof, *Wenn die Bauern wiederkommen*; Korff, *Bangkok*; Wong, *Peasants in the Making*.

5 Arbeitsgemeinschaft Bielefelder Entwicklungssoziologen, *Subsistenzproduktion und Akkumulation*.

6 Bierschenk, *Hans-Dieter Evers*, p. 10.

7 Os protagonistas mais conhecidos desse debate eram Claude Meillassoux, Pierre-Philippe Rey e Emmanuel Terray. Para revisões críticas em inglês sobre o debate, ver: Bradby, "Destruction of Natural Economy", e Foster-Carter, "Modes of Production Controversy".

8 Meillassoux, "From Reproduction to Production", p. 102.

9 Publicado em inglês como *Maidens, Meal and Money*. A análise da migração sul-africana aparece na Parte II. Harold Wolpe aprofundou a análise de Meillassoux em "Capitalism and Cheap Labour-Power".

10 Evers, "Subsistenzproduktion, Markt und Staat", p. 138. Ver também Evers e Korff, *Southeast Asian Urbanism*, p. 140.

11 Elwert, "Überleben in Krisen", p. 343.

12 Sahlins, *Stone Age Economics*.

13 Elwert e Wong, "Thesen zum Verhältnis von Subsistenzproduktion und Warenproduktion", p. 257.

14 Wong. "Limits of Using the Household", pp. 58-9.

15 Benston, "Political Economy of Women's Liberation", pp. 15-6.

16 Schiel e Stauth, "Subsistenzproduktion und Unterentwicklung", p. 134.

17 Evers e Korff, *Southeast Asian Urbanism*, p. 139; Evers, "Schattenwirtschaft", p. 360.

18 A publicação programada mais significativa em língua inglesa de autoria da socióloga do desenvolvimento Maria Mies (d.n., 1931) é: *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*.

19 Bennholdt-Thomsen *et al.*, "Underdevelopment", p. 3.

20 Evers, "Subsistenzproduktion und Hausarbeit", p. 471.

Digitalizado com CamScanner

21 Arbeitsgruppe Bielefelder Entwicklungssoziologen, *Forschungskonzeption*, p. 5. Ver também Evers, *Urban and Rural Subsistence Reproduction*, p. 14.
22 *Lacemakers of Narsapur*, p. 3. Essa descrição é perfeitamente compatível com a descrição não feminista de Meillassoux: "reprodução da vida como precondição da produção". Meillassoux, "From Reproduction to Production", p. 101.
23 Mies, "Capitalist Development and Subsistence Reproduction", pp. 27-8.
24 Bennholdt-Thomsen, "Subsistence Production and Extended Reproduction", p. 20.
25 As conceituações feministas de Bennholdt-Thomsen, Mies e Von Werlhof vêm sendo a força motriz que alimenta esse debate. Ver Braig e Lentz, "Wider die Enthistorisierung der Marxschen Werttheorie"; Beer, "Marx auf die Füße gestellt?"; Von Werlhof, "Lohn ist ein 'Wert', Leben nicht?"; Obermaier, "Strategien zur Förderung von Frauen in Entwicklungsländern"; Evers, "Subsistenzproduktion und Hausarbeit".
26 Meillassoux, *Maidens, Meal and Money*, p. 100. Discordo, no entanto, da ideia de rotular "a satisfação de necessidades emocionais e sexuais" como trabalho de subsistência, como faz Maria Mies. Ursula Beer, com razão, criticou essa interpretação excessivamente ampla, qualificando-a de "metafísica do trabalho". Ver Beer, "Zur politischen Ökonomie der Frauenarbeit", p. 256.
27 Ver também o capítulo 9.
28 Evers, *Urban and Rural Subsistence Reproduction*, pp. 3-5.
29 Elwert, "Überleben in Krisen", p. 365.
30 Clauss, *Economic and Social Change among the Simalungun Batak*, pp. 24-5.
31 Ver também Wong, "Limits of Using the Household", p. 62.
32 Fatores de ordem espacial também são relevantes. Produção de subsistência e produção capitalista podem se enredar por meio de migrações, como já ocorreu na África do Sul, ou de combinações ocorridas no próprio local. Os integrantes da Escola de Bielefeld não realizaram muitas pesquisas sobre a questão das migrações. No entanto, ver Stauth, *Die Fellachen im Nildelta*, pp. 185-96, sobre o sistema Tarahil dos migrantes sazonais egípcios que contruíram o canal de Suez.
33 Elwert e Wong, "Thesen zum Verhältnis von Subsistenzproduktion und Warenproduktion", p. 262.
34 Bennholdt-Thomsen, *Bauern in Mexiko*, p. 79.
35 Idem, op. cit., p. 80.
36 Idem, op. cit., p. 81.
37 Idem, op. cit., p. 83.
38 Ver, em especial, Evers, "Subsistence Production and the Jakarta 'Floating Mass'"; Evers, "Contribution of Urban Subsistence Production"; Evers, Betke e Pitomo, *Komplexität der Grundbedürfnisse*.
39 Evers, "Contribution of Urban Subsistence Production", p. 92.
40 Evers e Korff, *Southeast Asian Urbanism*, p. 140.
41 Evers, *Subsistence Production and Wage Labour in Jakarta*, p. 19.
42 Idem, op. cit., p. 23.
43 Idem, op. cit., p. 19.
44 Evers e Korff, *Southeast Asian Urbanism*, p. 141. Korff, *Bangkok*; Idem, "Informeller Sektor oder Marktwirtschaft?"; Evers e Korff, *Urban Subsistence Production in Bangkok*.
45 Elwert, Evers e Wilkens, "Suche nach Sicherheit", p. 287.
46 Ibidem.
47 Entre os estudiosos que observaram essa situação inclui-se Georg Elwert, que estudou Benin na década de 1970. Elwert e Wong, "Thesen zum Verhältnis von Subsistenzproduktion und Warenproduktion".
48 Elwert, Evers e Wilkens, "Suche nach Sicherheit", p. 288.
49 Evers e Korff, *Urban Subsistence Production in Bangkok*, p. 22.

Digitalizado com CamScanner

50 Ver também o estudo de caso contemporâneo russo em Clarke *et al.*, "Myth of the Urban Peasant".

51 Von Werlhof, "Women's Work", pp. 18-9.

52 Idem, op. cit., p. 20.

53 Bennholdt-Thomsen, "Einleitung", p. 14.

54 Claude Meillassoux sugere que, no longo prazo, até mesmo a produção da vida humana pode sofrer uma reorganização capitalista. Ele vê os nazistas como pioneiros nessa área. "O sistema *Lebensborn*, disfarçado de ideologia racista, também foi um experimento cruel de produção capitalista de força de trabalho por meio da eliminação gradual da família". Meillassoux, *Maidens, Meal and Money*, p. 144. Felizmente, essa distopia ainda parece muito remota.

55 Von Werlhof, "Women's Work", p. 18.

56 Hersche, "Deindustrialisierung und Reagrarisierung"; Memon e Lee-Smith, "Urban Agriculture in Kenya"; Hofbauer, "Subsistenz in Osteuropa". Ver também a inspiradora nota de Teodor Shanin "Expoliary Economies". Um mecanismo semelhante existia também nas grandes plantações escravocratas. À medida que o lucro da safra comercial diminuía, os escravos eram incentivados a dedicar mais tempo às atividades de subsistência. Ver por exemplo Mandle, "Plantation Economy".

57 Nash, "Global Integration and Subsistence Insecurity", p. 21.

58 Essa ideia levanta de pronto a questão de qual seria a relação de valor teórica entre os setores de subsistência e de mercado. Georg Elwert e Diana Wong afirmaram que *nenhum* valor é transferido do setor de subsistência para o setor comercial, e que a força de trabalho dos assalariados não é, portanto, vendida "abaixo de seu valor". "A teoria do valor-trabalho exige apenas que um produto seja vendido no mínimo pela soma de seus custos fatoriais. A contribuição da produção de subsistência, entretanto, não é um 'custo', já que deriva, por definição, da produção puramente direcionada ao valor de uso, não possuindo, portanto, qualquer valor de troca. Consequentemente, para um migrante, um salário 'menor que o nível mínimo de subsistência' pode ser perfeitamente suficiente para cobrir o *custo* de vida monetário, sem que os meios necessários para a sobrevivência (incluindo valores de uso de produção própria) nem de longe sejam cobertos por esse salário". Elwert e Wong, "Thesen zum Verhältnis von Subsistenzproduktion und Warenproduktion", p. 266. Da mesma forma, a produção de mercadorias não envolve uma transferência de valor a partir da subsistência, apesar de que, obviamente, possa haver um subsídio não monetário. Uma interpretação puramente imanente da teoria do valor não é, portanto, suficiente para a compreensão das relações em que o trabalho de subsistência é uma estratégia de sobrevivência importante.

59 As contribuições mais importantes estão publicadas em Patnaik, *Agrarian Relations and Accumulation*.

60 Evers e Schiel, "Expropriation der unmittelbaren Produzenten", pp. 287-8. "A discussão sobre os modos de produção está mais focada na diferenciação entre um número crescente de modos de produção homogêneos entre si, e sua compilação em forma de mosaico não contribui para a definição do caráter de uma formação social e econômica". Von Werlhof, "Women's Work", p. 17.

61 Chayanov, *Theory of Peasant Economy*, pp. 123-5 e 25.

62 Ver também Elwert e Wong, "Thesen zum Verhältnis von Subsistenzproduktion und Warenproduktion", pp. 267-8.

63 Perlman, *Myth of Marginality*.

64 Elwert, Evers, Wilkens, "Suche nach Sicherheit", p. 289. Ver também Hartmann, *Subsistenzkrise und Rebellion*, e, claro, Scott, *Moral Economy of the Peasant*.

65 "Estudos mais recentes confirmam que, normalmente, o que causava a mudança para as lavouras comerciais era a *adversidade da subsistência* (impostos altos, endividamento crônico, parcelamento de terra inadequado, perda de oportunidades secundárias de emprego, perda dos recursos comuns, dissolução de obrigações patrimoniais etc.), e não a oportunidade empresarial". Davis, *Late Victorian Holocausts*, p. 289.

Digitalizado com CamScanner